

# Hiperconcentração da renda e da riqueza: como medir e por que é importante ampliar a discussão além do aspecto econômico<sup>1</sup>

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Professor/pesquisador na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF. Mestre e doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp.  
E-Mail: fermatt1@hotmail.com

Pedro Griguol de Mattos

Graduado, mestre e doutorando em Matemática pelo IMECC (Unicamp).  
E-mail: pedrogmattos@riseup.net

**Resumo:** O artigo propõe uma discussão interdisciplinar e multidimensional da desigualdade, destacando a necessidade de unir análise qualitativa da crescente desigualdade econômica que vem ocorrendo nos países desenvolvidos com uma análise dos desdobramentos dessa desigualdade econômica sobre outras formas de manifestação de desigualdades, como a desigualdade social, ambiental, urbana. Na última seção, é incorporada uma discussão sobre urbanismo e as formas de disputa em torno dos espaços das cidades e do orçamento público.

**Palavras-chave:** Concentração da renda. Desigualdade econômica. Análise qualitativa. Índice de Gini. Índice de Atkinson.

**Abstract:** The article proposes an interdisciplinary and multidimensional discussion of inequality, highlighting the need to unite a qualitative analysis of the growing economic inequality that has been occurring in developed countries with an analysis of the consequences of this economic inequality on other forms of manifestation of inequalities, such as social inequality, environmental inequality, urban inequality. The last section incorporates a discussion on urbanism and the forms of dispute surrounding city spaces and the local public budget.

**Key-words:** Income concentration. Economic inequality. Qualitative analysis. Gini index. Atkinson index.

1 Recebido em 09/05/2023. Aceito para publicação em 26/05/2023.

## 1 Apresentação

As eleições que levaram Margareth Thatcher ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido (em maio de 1979) e Ronald Reagan à presidência dos EUA (a partir de janeiro de 1981) inauguraram a hegemonia de políticas econômicas de caráter neoliberal nesses países, com diferentes graus de influência sobre os demais países do mundo capitalista (HARVEY, 2012). Aparentemente, não por acaso, o início dos anos 1980 ficou marcado por promover uma trajetória de concentração da renda e da riqueza nesses dois países (principalmente) e também nos demais países do mundo capitalista desenvolvido<sup>2</sup>. Esse processo de concentração econômica tem se mantido até os dias atuais, tendo se revelado ainda mais intenso a partir dos anos 2000 – nesse caso, com especial destaque para o caso dos EUA<sup>3</sup>.

É a partir dos anos 2000 que surge um debate mais acurado sobre a trajetória da desigualdade econômica e dos perfis distributivos, consolidada no que a literatura internacional chama de “top income debate” (ROINE *et al.*, 2009), que consiste em buscar compreender por que a apropriação das rendas geradas pelo crescimento das economias tem favorecido especialmente os integrantes mais ricos (geralmente expressos pelo estrato do 1% mais rico das respectivas pirâmides distributivas nacionais), procurando reconhecer qual é a composição das fontes de rendimentos desses estratos mais elevados e de suas subdivisões menores<sup>4</sup> (rendas trabalho – notadamente dos altos executivos das empresas financeiras ou não financeiras e rendas do capital, em suas inúmeras modalidades; e renda do capital produtivo – rendas de exploração de patentes, de lucros em atividades produtivas e de toda uma miríade de rendimentos derivados de ativos financeiros).

Nos anos 2000, ademais, tem crescido o entendimento de que as causas desses resultados tão intensos na trajetória dos perfis distributivos não apenas exigem um esforço mais acurado para sua medição/avaliação, como também demandam uma interpretação interdisciplinar e multidimensional de suas causas e efeitos, dada a complexidade, a magnitude e a duração das desigualdades em ascensão. É nesse período que surgem diversos estudos acadêmicos buscando relacionar diferentes efeitos da ampliação da desigualdade econômica sobre outros aspectos da vida social e política nas sociedades desenvolvidas.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo destacar dois elementos da discussão que se instala, notadamente a partir do século XXI, no estudo das desigualdades<sup>5</sup>. Em primeiro lugar, apresentar uma breve discussão sobre indicadores utilizados para medir a magnitude da desigualdade econômica; em segundo lugar, chamar a atenção para alguns aspectos da multidimensionalidade de desigualdades que afetam a vida social, a forma de trabalho e a trajetória da acumulação capitalista.

2 Conforme apontam estudos de Chesnais (1996a; 1996b), a partir dos anos 1980, a desigualdade de renda e a presença das atividades financeiras aumentam substancialmente nos países capitalistas.

3 Para comparar a recente trajetória da desigualdade nos EUA com países europeus desenvolvidos, existe uma imensa quantidade de artigos que poderiam ser aqui sugeridos. Citamos especialmente: Alvaredo e colegas (2013); Caminada e colegas (2019) e os capítulos organizados por Atkinson e Bourguignon (2015).

4 Parcela da renda nacional absorvida pelo 1% mais rico, mas também do 0,5%, 0,1% etc., conforme trabalho de Piketty e de seus colegas tem divulgado.

5 Não é por acaso que o termo se encontra aqui no plural, pois busca justamente abarcar as diferentes dimensões de que se reveste a questão da desigualdade segundo a literatura que se debruça sobre o tema, pelas mãos de profissionais/pesquisadores de diversas áreas como a economia política, a ciência política, a sociologia, história, demografia, urbanismo, matemática aplicada etc. O livro coorganizado por Mattos, Hallak e Silveira (2022) procura, em 26 capítulos, abarcar alguns dos vários aspectos da desigualdade nos tempos atuais. Da mesma forma, estudos relativamente recentes de Dedecca (2010; 2012) procuram articular diversas dimensões da desigualdade econômica e social, da mesma forma que estuda a relação da desigualdade econômica com a questão do trabalho nas sociedades contemporâneas e com o processo de financeirização que define o novo padrão de acumulação capitalista que se gesta a partir dos anos 1980, com a adoção de políticas neoliberais nos países centrais.

Dadas as características desta revista, pretendemos chamar a atenção, no caso da exploração da temática multidimensional, em especial para fatores urbanos, sintetizados pelo conceito de “nova questão urbana”, definido pelo urbanista italiano Bernardo Secchi, e que tem como objetivo, essencialmente, discutir a desigualdade social, o que envolve, na definição do seu conceito, articular diversos aspectos da vida cotidiana das população e de como ela tem sido afetada não apenas pelas características das iniquidades geradas pelo capitalismo contemporâneo, mas também por fatores específicos do rentismo ou da acumulação predominantemente financeira do capital e de seus efeitos sobre a urbanização, sobre a especulação imobiliária e sobre a disputa pelos orçamentos públicos, e, ao que nos mais interessa neste artigo, dos orçamentos municipais. Por fim, teceremos alguns comentários a título de conclusões.

## 2 A temática da desigualdade em perspectiva histórica e o papel dos indicadores

Esta seção pretende atender ao primeiro dos objetivos do artigo, ou seja, tratar do tema dos índices de desigualdade e sua capacidade de medir e interpretar as trajetórias da desigualdade econômica.

O longo período, que já dura mais de quarenta anos, de uma trajetória de aumento da desigualdade na distribuição da renda e da riqueza, contrasta com o que ocorreu no mundo capitalista desenvolvido ao longo da maior parte do século XX – notadamente a partir do pós-segunda guerra<sup>6</sup>, quando foram instalados sistemas nacionais de bem-estar social nos Estados capitalistas ocidentais.

O maior historiador que viveu no século XX, o britânico Eric Hobsbawm, chamou o período entre 1945 e o final dos anos 1970 de Era Dourada do Capitalismo, pois foi quando se conjugaram as maiores taxas de crescimento do PIB per capita da história do capitalismo, ao lado de uma queda consistente e duradoura da desigualdade pessoal da renda.

Comentando sobre a crescente importância conferida ao tema da desigualdade econômica no debate econômico a partir dos anos 1990, John Kenneth Galbraith (1998 [1958], p. viii), na introdução da versão em inglês do quadragésimo aniversário da publicação de seu livro *The Affluent Society*, assevera que, passados então quarenta anos, o autor sustentava todas as principais conclusões da publicação original, mas pondera que, depois desse período, “*I would now, however, more*

6 Piketty (2014; 2020; 2022) e Scheidel (2022) nos mostram que o século XX foi marcado por queda da desigualdade pelo menos desde o final da Primeira Guerra até o final dos anos 1970, por diferentes motivos em cada período. Os anos delimitados pelas guerras mundiais exibiram queda da desigualdade econômica notadamente por causa dos efeitos do conflito sobre os estoques de capital (destruição física de fábricas e outros equipamentos, e também de residências, assim como perda de valor real de títulos públicos, aniquilados em seus valores reais pela inflação gerada pelos conflitos) e, por conseguinte, afetando negativamente os fluxos de rendimentos das pessoas mais ricas; da mesma forma, a Grande Depressão do entre guerras, provocada pela Crise de 1929 (deflagrada nos EUA e que se espalhou pelo mundo) também promoveu uma queda dos rendimentos das pessoas do topo das pirâmides distributivas dos países. No entanto, neste ensaio, pretendemos tomar como referência os anos do pós-segunda guerra, cuja trajetória da desigualdade, embora inicialmente também afetada pelos efeitos da segunda guerra mundial (1939-1945), foram marcados pela recuperação econômica iniciada com a reconstrução europeia e seguida por um período de prosperidade, com ampliação de investimentos públicos e privados, melhorias nos mercados de trabalho nacionais, aumento dos salários reais e o advento dos sistemas nacionais de Estado de bem-estar social, financiados com impostos progressivos (ricos pagando proporcionalmente mais do que os pobres) e de amplitude universal, com efeitos muito importantes na redução das desigualdades socioeconômicas. Esse período durou cerca de trinta anos, iniciando-se em 1945 e se estendendo até o final dos anos 1970. Ou seja, a queda da desigualdade ocorreu concomitantemente à prosperidade econômica.

*strongly emphasize, and especially as to the United States, the inequality in income and that it is getting worse*”. Essa reflexão, por parte do autor, ilustra como, no espaço de tempo mencionado, a percepção de piora do perfil distributivo torna-se cada vez mais evidente, tendo merecido tal contrição por parte de um arguto pensador norte-americano que havia interpretado de forma tão inovadora o processo de prosperidade econômica vivido pela sociedade estadunidense desde os anos pós-Grande Depressão de 1929<sup>7</sup>.

Artigo de Atkinson, publicado em 1997, ilustra bem o cenário da época. A argumentação central de Atkinson (1997) procura ressaltar dois aspectos importantes do cenário econômico daquele momento (meados dos anos 1990), uma vez já claramente sentidos os efeitos, sobre os perfis de distribuição de renda, das diversas transformações iniciadas a partir do início dos anos 1980: (a) a piora do perfil da distribuição pessoal da renda representa uma deterioração das condições de vida e um aumento sistêmico da desigualdade econômica nas sociedades capitalistas ocidentais, algo que contrastava com o recém-terminado período de prosperidade e esperanças sociais construído concomitantemente com o surgimento (ou ampliação) do Estado de bem-estar social, sistema que tinha no autor um dos principais articuladores e entusiastas (Atkinson, 1995); (b) a participação da renda do trabalho no conjunto da renda das famílias estava em queda, o que abria dois flancos de avaliação que também seriam aprofundados em estudos nas décadas seguintes: a necessidade de se estudarem as rendas provenientes do capital e também as rendas provenientes das políticas sociais, todas fortemente afetadas pela dinâmica da política e da democracia nos anos seguintes.

A partir dos anos 2000, estimulados por pesquisas elaboradas por Piketty e seu grupo de estudos<sup>8</sup>, toma corpo o debate sobre os rendimentos do topo, dadas as evidências de que se reúne no grupo do 1% mais rico o principal fator determinante da trajetória de hiperconcentração da renda dos tempos recentes. Os vários estudos e pesquisas sobre os “top incomes” registram que o estrato dos 10% de rendas mais elevadas, nos países capitalistas, reúne trabalhadores comuns de classe média aos executivos de grandes empresas e aos capitalistas que ganham somas vultosas de rendimentos de diversas fontes econômicas – ou seja, trata-se de um grupo de pessoas bastante heterogêneo do ponto de vista econômico. Ademais, diante da realidade do processo de hiperconcentração da renda e da riqueza que vem caracterizando os últimos vinte anos, focar os estudos e indicadores de desigualdades no estrato dos 10% mais ricos, como era comum até o final do século XX, impede de se compreender a natureza, a magnitude e a resiliência do recente processo de concentração de renda.

O enfoque no estrato do 1% do topo (e de suas subdivisões menores, desde que haja dados

7 O trabalho clássico de John K. Galbraith (1998[1958]) reúne diversos argumentos para apoiar sua avaliação segundo a qual, naqueles tempos de prosperidade, o tema da desigualdade e da distribuição de renda tinha perdido protagonismo nos debates acadêmicos e mesmo políticos. O autor pondera que, no contexto da “sociedade afluenta” do final dos anos 1950, a prosperidade econômica e social, bem como a naturalização da ideia segundo a qual o sucesso dependia do esforço pessoal, o culto ao individualismo e, em poucas palavras, o triunfo do pensamento conservador, criou o ambiente para que a desigualdade deixasse de ser um tema relevante dos estudos econômicos. O autor, para deixar claro seu ponto de vista, pontua que, mesmo os programas que fizeram parte da “Guerra à Pobreza”, do governo de Lyndon Johnson, nos anos 1960, não tinham objetivo explícito e nem políticas definidas para combater a desigualdade, mas sim para aliviar a pobreza e, dessa forma, atenuar as tensões sociais. Fica implícito, na análise seminal do autor, que o cenário de prosperidade da economia estadunidense no período permitiu que o tema da desigualdade fosse relegado a plano secundário ou mesmo pouco debatido, embora isso não significasse, segundo ele próprio fez questão de salientar, que a desigualdade não permanecesse como um problema grave da sociedade norte-americana.

8 E também por dezenas de outras pesquisadoras e pesquisadores em outros grupos de estudo, como o do sueco Jesper Roine e o do norte-americano James Galbraith, na Universidade do Texas.

disponíveis) permite não apenas medir de forma mais acurada o quadro da desigualdade de renda dos anos recentes do “capitalismo financeirizado”<sup>9</sup> (e de suas perspectivas, conforme pontua Bucatar, 2020), como ainda ajuda a compreender como ele se relaciona com mudanças do processo de acumulação capitalista dos tempos atuais. Outros aspectos importantes podem ser mais bem compreendidos quando se estudam especificamente os rendimentos do topo das pirâmides distributivas dos países, pois: (a) permite deslindar a relação entre o setor financeiro e o setor produtivo; (b) destaca aspectos relacionados à tributação; (c) abre espaço para uma discussão mais consistente acerca da disputa em torno dos gastos públicos; (d) permite elucidar os vários aspectos de que se reveste o debate das desigualdades; (e) exige que a desigualdade seja medida por diferentes indicadores; (f) permite avaliar como a desigualdade econômica promove iniquidades sociais e políticas – como o fortalecimento das relações de poder desfrutada pelos ricos e os grupos econômicos e setores da economia que definem as políticas públicas a partir da disputa pelos orçamentos públicos de todos os âmbitos das esferas de poder de cada país.

Em seu livro mais conhecido, Piketty (2014) chama a atenção para a generalização de práticas de isenções tributárias quando registra suas explicações a respeito da natureza e do perfil dos rendimentos do topo nas economias capitalistas (com maior ênfase nos EUA). Segundo o autor, a crescente parcela da renda nacional que tem sido absorvida pelo estrato do 1% mais rico se deve tanto à expansão dos supersalários dos CEOs das grandes empresas produtivas e financeiras, como também dos rendimentos do capital, destacando que, em ambos os casos, as leis tributárias demonstraram ter tido papel decisivo para favorecê-los.

Feitas essas considerações iniciais, torna-se importante partir para a discussão de índices que medem a desigualdade, começando pelo índice de Gini, o mais utilizado indicador para medir a trajetória da desigualdade de renda em uma economia. A base teórica para a definição do índice de Gini deriva de uma construção da chamada Curva de Lorenz (Figura 1). Os valores do índice de Gini variam de zero a um, dependendo da dimensão da área entre a Curva de Lorenz e a diagonal de um gráfico em que a abscissa – eixo horizontal – exhibe as proporções (geralmente definidas segundo intervalos decílicos, ou seja, de 10% em 10% do total da população) do total da população e a ordenada – eixo vertical – exhibe a proporção da renda total acumulada de um país (ou uma sociedade ou uma região). O desenho da Curva de Lorenz é feito a partir da construção dos pontos que relacionam cada proporção de pessoas à proporção da renda total acumulada. A área entre a diagonal e a Curva de Lorenz é que ilustra a dimensão da desigualdade, segundo a definição do índice de Gini, conforme a fórmula a seguir:

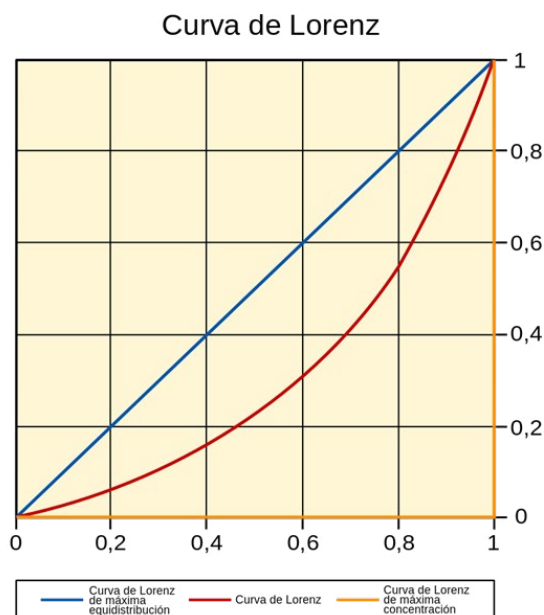
$$\text{ÍNDICE DE GINI} = \frac{\text{área entre a curva de Lorenz e a diagonal}}{\text{área total abaixo da diagonal}}$$

Conforme mostra a Figura 1, a diagonal representa a linha de perfeita igualdade, de tal forma que, se os pontos atribuídos à Curva de Lorenz coincidem com a própria diagonal, teríamos uma igualdade perfeita, manifesta na área de dimensão zero. Hipoteticamente, por outro lado, se uma única pessoa da sociedade detiver o total da renda de um país (ou de uma sociedade ou região), a “curva” na verdade será formada pelas retas que definem o ângulo reto oposto à diagonal (pintada

9 A temática da “financeirização” do capitalismo teve como um de seus pioneiros o economista francês François Chesnais (Chesnais, 1996a; 1996b; 1997) e depois reúne uma grande quantidade de pesquisadores, dos quais preferimos citar, pelo menos, o kaleckiano Stockhammer (2004; 2008; 2009) e o marxista James Crotty (2000; 2006).

no gráfico em cor de laranja), ou seja, a área entre a diagonal e a curva seria, no limite, igual a um, o que significaria a desigualdade total – situação obviamente impossível do ponto de vista prático, por razões sociais e/ou econômicas.

**Figura 1**



O índice de Gini serve para comparar desigualdade entre países e principalmente a desigualdade econômica dentro dos países, quer seja medida pela distribuição da renda ou da riqueza. Da mesma maneira, tem sido muito útil e adequado para comparar a desigualdade segundo diversos momentos históricos, uma vez que o Gini já é bastante difundido faz muitas décadas<sup>10</sup>.

Não obstante, nos anos mais recentes avolumaram-se estudos críticos a respeito das fragilidades do índice de Gini como indicador de desigualdade. Uma primeira e óbvia observação é a de que o índice de Gini é pouco sensível ao que ocorre nos extremos da distribuição de renda, sendo mais adequado para descrever o que acontece nas parcelas intermediárias da mesma.

Acontece que, nos anos mais recentes, conforme mencionamos anteriormente, é justamente nos extremos superiores das pirâmides distributivas dos países que vêm se verificando as alterações mais relevantes. Uma outra questão metodológica da maior relevância relaciona-se ao fato de que diferentes países ou diferentes momentos de um mesmo país podem expressar sua desigualdade em mudanças de curvas de Lorenz que, a rigor, podem “se cruzar”, ou seja: existe a possibilidade de diversos tipos de distribuição exibirem o mesmo valor (sintético) do índice de Gini; da mesma maneira, quando ocorre uma mudança do perfil distributivo, o indicador de Gini alerta para essa

<sup>10</sup> O índice de Gini também é muito utilizado para avaliar o efeito da política fiscal e tributária sobre a desigualdade, quando calculado para medir a desigualdade de renda bruta de um país (ou seja, a renda antes e depois dos impostos e transferências) e compará-lo à desigualdade de renda líquida, ou seja, uma vez computados os efeitos de impostos de transferências. A proporção de redução do índice de Gini para as rendas líquidas e o originalmente calculado no caso das rendas brutas permite avaliar os efeitos das políticas de redução gerada pelas políticas públicas sobre as rendas produzidas no mercado de trabalho e na atividade empresarial. Estudos como os de Caminada *et al* (2019) e Wang e Caminada (2011), entre outros dos mesmos autores, ilustram esse esforço interpretativo.

mudança, mas não permite a compreensão sobre qual ou quais posições da pirâmide distributiva se deve a referida alteração.

Imaginemos que tenha havido uma redução da desigualdade. Nesse caso, o índice de Gini vai apontar um valor menor do que antes, mas não permite avaliar se esta queda se deveu, por exemplo, a um aumento (maior do que a média) da renda dos de baixo ou a uma queda real das rendas dos de cima ou das camadas médias da pirâmide distributiva.

Com relação à comparação entre os perfis distributivos de dois países em um mesmo momento ou à comparação do perfil distributivo de um mesmo país em momentos diferentes (em ambos os casos teríamos duas curvas plotadas em um mesmo diagrama), existe a possibilidade, conforme dissemos, de que as curvas se cruzem, o que exigiria formas adicionais de avaliação (medição) da trajetória da desigualdade de renda.

Um exemplo prático dessa possibilidade é discutido por Atkinson (1983). No capítulo 3 desse livro <sup>11</sup>, o autor apresenta, em um mesmo gráfico, duas curvas: a da distribuição de renda no Reino Unido e a da Alemanha. Essas curvas se entrecruzam e, segundo mostra o autor, a parcela da renda nacional absorvida pelos 20% mais pobres na Alemanha é menor do que no Reino Unido (no referido ano), mas, a partir daí, a distribuição se torna claramente mais desigual no Reino Unido – de tal maneira que o índice de Gini é igual a 0,372 no caso do Reino Unido e de 0,357 na Alemanha.

Para superar essa fragilidade, pode-se recorrer ao índice de Atkinson, que apresenta parâmetros que permitem um melhor esclarecimento acerca da posição da pirâmide distributiva que foi a responsável pela mudança ocorrida no Gini. Atkinson define um parâmetro  $\epsilon$ , que, na prática, significa “diferentes” índices de Atkinson, conforme se queira focar em estratos mais baixos ou mais altos dos estratos de renda da pirâmide distributiva.

Em termos teóricos, temos a seguinte formulação do índice de Atkinson.

Consideremos inicialmente uma população com  $n$  indivíduos. A cada indivíduo da população, associamos um índice  $i$  com valor entre 1 e  $n$ . Para cada indivíduo  $i$ , denotamos sua renda por  $x_i$  (a qual consideramos, para efeitos teóricos, que pode assumir qualquer valor real maior ou igual a zero) e a distribuição de renda da população será representada pela lista ordenada  $x=(x_1, \dots, x_n)$ . Uma medida simples que podemos associar a essa distribuição de renda é a média aritmética da distribuição, dada pela soma dos valores da renda de cada indivíduo, dividida pelo total de indivíduos na população (no nosso caso  $n$ ), que denotaremos por:

$$M_1(x) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i$$

Duas outras médias que podem ser calculadas para a distribuição de rendas  $x$  são a média geométrica:

$$M_0(x) = \left( \prod_{i=1}^n x_i \right)^{\frac{1}{n}}$$

e a média harmônica:

$$M_{-1}(x) = n \left( \sum_{i=1}^n x_i^{-1} \right)^{-1}$$

<sup>11</sup> Capítulo intitulado “Conceptual Problems”.

Para introduzir o índice de Atkinson, vamos primeiro generalizar essas noções de média através de um parâmetro, o qual será usado, mais adiante, para atribuir diferentes pesos às parcelas da população em uma distribuição de renda. Isso nos permitirá medir a desigualdade de uma distribuição de maneiras diferentes.

Consideremos  $p$  um número real não nulo e  $x = (x_1, \dots, x_n)$  como definido anteriormente. A média de potência de parâmetro  $p$  de  $x$  é definida por:

$$M_p(x) = \left( \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n x_i^p \right)^{\frac{1}{p}}$$

Vale notar que  $M_{-1}(x)$  e  $M_{(-1)}(x)$  coincidem, respectivamente, com média aritmética e a média harmônica definidas. Além disso, para  $p=0$ , definimos a média de potência como a média geométrica  $M_0(x)$  já definida. Essa definição é justificada, pois é possível mostrar que o limite de  $M_p(x)$ , quando  $x$  tende a 0, é igual a  $M_0(x)$ .

Usamos essa média para definir o índice de Atkinson de parâmetro  $\epsilon$  por:

$$A_\epsilon(x) = 1 - \frac{M_{1-\epsilon}(x)}{M_1(x)}$$

Se reagruparmos os valores da distribuição  $x$  em uma nova distribuição  $y$ , sendo cada  $y_i$  um valor de renda distinto que ocorre em  $x$ , e  $f_i$  a quantidade de vezes que ele ocorre, e denotando a média aritmética da distribuição por  $\bar{y}$ , chegamos à fórmula, apresentada em Atkinson (1983):

$$A_\epsilon(x) = 1 - \left( \sum_{i=1}^n \left( \frac{y_i}{\bar{y}} \right)^{1-\epsilon} f_i \right)^{\frac{1}{1-\epsilon}}$$

O parâmetro  $\epsilon$  é chamado de *parâmetro de aversão à desigualdade*. Esse índice satisfaz quatro propriedades fundamentais para ser um indicador de desigualdade, e algumas outras que lhe atribuem vantagem sobre outros índices.

Primeiramente, é preciso notar que  $A_\epsilon$  não é um só índice, mas, sim, uma família de índices a um parâmetro  $\epsilon$ ; ou seja, não temos somente um índice, mas um indicador para cada valor de  $\epsilon$ . O parâmetro  $\epsilon$  modifica como cada índice mede a desigualdade da distribuição, e a ele é atribuído um valor, por parte do pesquisador, de forma a investigar qual foi a posição da pirâmide distributiva que explica a mudança ocorrida na distribuição da renda. Ou seja, o parâmetro  $\epsilon$  que pode ser variado para que possam ser explicitados diferentes tipos de informação a respeito da distribuição de renda que se pretende estudar. Esse parâmetro, tecnicamente, pode ser qualquer número real, mas, em aplicações, como em Atkinson (1970; 1995), usa-se somente  $\epsilon$  entre 0 e 1, ou 0 e 2, o que significa que as médias usadas estão entre a aritmética e a harmônica. Comentaremos mais adiante sobre a motivação do nome do parâmetro  $\epsilon$  e como ele afeta a medida da desigualdade<sup>12</sup>.

Para deixar mais clara a importância do parâmetro  $\epsilon$  e de sua utilidade, podemos lançar mão de um exemplo exposto em Atkinson (1995), comparando perfis distributivos de diferentes países em meados dos anos 1980, mostrando que, quanto maior o valor atribuído ao parâmetro  $\epsilon$ , maior é a importância que se pretende destacar ao que ocorre na base da pirâmide distributiva.

<sup>12</sup> Todas essas propriedades e uma discussão mais aprofundada podem ser encontradas em Atkinson (1970); Sen A, Foster JE (1997) e também em Shorrocks, A.F. (1980).



**Tabela 1**

Parcelas da renda total dos países acumuladas por estratos decílicos (% da renda total)  
Países selecionados em meados dos anos 1980

País	ano	S10	S20	S30	S40	S50	S60	S70	S80	S90
FINLÂNDIA	1987	4.5	10.8	18.1	26.4	35.6	45.6	56.6	68.6	82.2
BÉLGICA	1988	4.2	10.2	17.1	25.0	33.8	43.5	54.3	66.4	80.3
HOLANDA	1987	4.1	10.1	16.9	24.5	33.0	42.5	53.2	65.3	79.4
NORUEGA	1986	3.9	9.8	16.9	24.9	33.9	43.7	54.6	66.7	80.6
SUÉCIA	1987	3.3	9.5	16.9	25.3	34.6	44.8	55.9	68.2	81.9
PORTUGAL	1990	3.4	8.0	13.9	20.9	28.9	38.1	48.5	60.8	75.8
FRANÇA	1984	3.0	8.3	14.6	21.8	29.9	39.1	49.5	61.6	76.3
REINO UNIDO	1986	2.5	7.5	13.5	20.5	28.7	38.2	49.1	61.8	77.1
EUA	1986	1.9	5.7	11.2	18.0	26.2	35.7	46.9	60.2	76.3

Fonte: adaptada de Atkinson (1995).

A Tabela 1, retirada de Atkinson (1995) e adaptada para considerar apenas os valores de meados dos anos 1980, revela as parcelas das respectivas rendas nacionais (PIB) acumuladas pelos estratos decílicos<sup>13</sup>.

Os dados de apropriação acumulada da renda total pelos estratos decílicos fornecem um bom diagnóstico do grau de desigualdade comparada entre eles, em um certo momento histórico semelhante (nem todos os anos são os mesmos). Na referida tabela, os países estão organizados pela ordem decrescente da renda apropriada pela base dos 10% mais pobres. Isso não significa que, para os estratos subsequentes, a parcela acumulada manterá a mesma hierarquia denotada pela base. Comparando-se a Suécia e a Noruega, por exemplo, percebe-se que os 10% mais pobres da Suécia se apropriam de uma parcela um pouco menor da renda total daquele país no ano selecionado, em relação a seus homólogos na Noruega; no entanto, à medida que “caminhamos” para os estratos de cima, percebe-se que os estratos médios da Suécia acumulam maior parcela da renda total do que na Noruega, a qual, obviamente, tem nos seus 10% mais ricos uma parcela que se apropria de uma parte maior da renda nacional do país (19,4%) do que seus homólogos mais ricos da Suécia, que se apropriam de 18,1% da renda sueca total nos anos referidos. Os valores respectivos do índice de Gini, de todo modo, são parecidos (conforme mostra a Tabela 2).

No entanto, tomando-se dois diferentes parâmetros do índice de Atkinson, percebe-se de forma mais clara a diferença no formato das duas curvas de distribuição (aqui, poder-se-ia afirmar, sem margem a dúvidas, que as respectivas curvas de Lorenz se cruzariam em um quadrante que exibisse os dados da renda apropriada acumulada pelos decis da população).

Comparando-se as duas tabelas exibidas neste artigo, percebemos, pelo exemplo comparativo entre Suécia e Noruega, que, quando se comparam os respectivos índices de Atkinson pelos parâmetros 0,5 e 1,0, no caso do parâmetro 1,0 (mais sensível ao que ocorre na base da pirâmide distributiva), a distância entre o indicador sueco e o indicador norueguês aumenta (comparando-se com a diferença para o parâmetro 0,5), coerentemente com o fato de que, na base, realmente existe uma desvantagem na realidade dos mais pobres suecos em comparação aos mais pobres noruegueses.

<sup>13</sup> Se temos, por exemplo, S10 com 4,5% da renda total no caso da Finlândia, significa dizer que os 10% mais pobres desse país detêm 4,5% da renda total do país no ano em questão. Com S20 igual a 10,8%, significa que os 20% mais pobres acumulam 10,8% da renda nacional.

Deve-se notar, portanto, que, quando o parâmetro é atribuído o valor 0,5 (menos sensível ao que ocorre na base) ao parâmetro  $\epsilon$  é levado em conta, o indicador de Atkinson é igual em ambos os países. A diferença é sutil, mas existe – e pode ser captada pela escolha de parâmetros do índice de Atkinson; mas não pelo índice de Gini.

Se compararmos qualquer um desses dois países com os EUA, por exemplo, o cenário é diferente, pois os EUA são, reconhecidamente, o país mais desigual do mundo capitalista desenvolvido, e isso fica evidente já pelo índice de Gini. Mas, da mesma forma, comparando-se os EUA com o Reino Unido (o mais desigual dentre os países europeus mais ricos), percebe-se também que a desigualdade é nitidamente maior nos EUA do que entre os britânicos. De todo modo, a diferença se torna ainda mais clara quando comparamos os respectivos indicadores de Atkinson dos dois países anglo-saxões, independentemente do parâmetro utilizado.

**Tabela 2**

País	ano	GINI	ATKINSON PARÂMETROS	
			0,5	1,0
FINLÂNDIA	1987	20.7	3.6	7.5
SUÉCIA	1987	22.0	4.6	10.3
NORUEGA	1986	23.4	4.6	9.5
BÉLGICA	1988	23.5	4.9	10.3
ALEMANHA	1984	25.0	5.2	10.1
HOLANDA	1987	26.8	n.d.	n.d.
FRANÇA	1984	29.6	7.7	16.0
REINO UNIDO	1986	30.4	8.2	18.1
EUA	1986	34.1	9.9	21.2

Fonte: adaptado de Atkinson (1995).

### 3 O debate sobre os rendimentos do topo e sua interface com aspectos multidimensionais

A questão da desigualdade é, por excelência, um tema que envolve diversos aspectos, que exigem não apenas uma discussão acerca das diferentes formas como pode ser medida – conforme vimos na seção anterior –, mas também a identificação dos mais variados fatores que explicam a sua trajetória. Através de uma visão mais abrangente da desigualdade, é possível avaliar seus efeitos econômicos, bem como entender de que modo a esfera econômica afeta os aspectos sociais, demográficos, culturais, ambientais e, ao que nos interessa em particular discutir aqui, os seus efeitos sobre o acesso ao espaço urbano, configurando-se em vários elementos de segregação espacial mas também, por suposto, ao aproveitamento desigual (e muitas vezes nitidamente elitizado) aos serviços públicos e aos benefícios oferecidos pelos equipamentos de lazer, incluindo parques, espaços de manifestação de eventos culturais etc.

A desigualdade socioeconômica de um país repousa em fatores estruturais, que advêm de raízes histórico-institucionais que a tornam pouco afeita a mudanças significativas em curto espaço de tempo. Aspectos políticos e geopolíticos (ARRIGHI, 1996; 1997) também têm papel determinante na conformação de um perfil distributivo ou em uma realidade de concentração de renda ou de riqueza. Seus desdobramentos sociais também são duradouros e muito difíceis de serem alterados em

intervalos curtos de tempo – e mesmo avanços obtidos dentro de certos intervalos de tempo não estão imunes a serem revertidos, conforme se observa no Brasil pós-2016, por exemplo.

As relações de poder que derivam da realidade social e econômica denotada pela concentração de renda e de riqueza também representam um aspecto estrutural de difícil modificação; pior ainda, a história ensina que os processos de ampliação da concentração econômica tendem a se perpetuar no tempo, justamente por virem acompanhadas de crescente concentração do poder político, fazendo muitas vezes o processo de concentração econômica se perpetuar de forma intergeracional (PIKETTY, 2020), a não ser que medidas radicais ocorram no interior da sociedade em questão ou venham de fora – por exemplo, uma grande crise mundial ou guerras.

A instalação do debate sobre a natureza das rendas altas da pirâmide distributiva (“top income debate”), na literatura internacional, acabou por tornar mais clara a necessidade de que a questão da desigualdade contemporânea incorpore aspectos interdisciplinares e multidimensionais ao tema.

Apenas um estudo interdisciplinar (envolvendo pesquisadores de variadas áreas do conhecimento humano dentro das ciências sociais e também das ciências que nos permitem utilizar indicadores cada mais sensíveis para descrever as mudanças na distribuição da renda) pode desvendar e explicar a variedade de elementos econômicos, mas também sociais, culturais, políticos, psicológicos e outros que estão interrelacionados à desigualdade (ou “às desigualdades”), bem como qual o papel desses parâmetros para, eventualmente, perpetuar ou mesmo intensificar a desigualdade – como vem ocorrendo, ao que parece sem tréguas, desde o início dos anos 1980, conforme denuncia Piketty em seus mais recentes trabalhos<sup>14</sup>.

Estudos mais recentes sobre a questão da desigualdade têm procurado estabelecer ligações entre as finanças e a desigualdade, o que exige a integração de várias áreas do conhecimento humano, como a economia, a história, a sociologia, a antropologia, a ciência política e também os cientistas das áreas “quantitativas”, como matemáticos e estatísticos. A complexidade do tema das desigualdades exige esse esforço interdisciplinar de interpretação. A presença de cientistas das áreas de matemática e estatística é fundamental para o desenvolvimento de novos modos de quantificar as desigualdades e de desenvolver técnicas para incrementar a qualidade do tratamento dos dados. A incorporação desses profissionais no debate sobre a desigualdade é fundamental para desvendar a complexidade de suas causas e de sua natureza.

Essa preocupação com a questão da medição deve-se ao fato de que a trajetória recente da desigualdade econômica, além de ter causas complexas e interligadas, que justificam a necessidade das análises interdisciplinares, tem ocorrido no extremo topo da distribuição de renda dos países capitalistas, o que impõe desafios ainda maiores para a sua avaliação quantitativa e a compreensão de seus determinantes sociais.

A crescente importância do debate sobre o 1% mais rico (ou o “top income debate”) deve-se, em primeiro lugar, ao fato óbvio de que tem sido constatado, notadamente a partir dos anos 2000, que parcelas cada vez mais expressivas do aumento da renda nas sociedades capitalistas têm sido

14 A comparação entre Piketty (2020) e seu estudo seminal (PIKETTY, 2014) deixa clara a descrença do autor na utilização, nos tempos atuais, das soluções paliativas adotadas ao longo dos chamados Anos Dourados, para mitigar a desigualdade e tornar menos concentrada a renda e a riqueza.

abocanhadas por este estrato populacional, ou por suas subdivisões menores<sup>15</sup>.

A chamada hiperconcentração se acentua nos anos 2000, em grande medida, por causa das mudanças legislativas em favor do capital e especialmente do rentismo, que beneficia o mercado financeiro e as grandes empresas que têm parcela de seu lucro em atividades de “tesouraria”. E também pela maneira como tem se desenvolvido a gestão das empresas do setor não financeiro e dos bancos, notadamente no que se refere aos critérios autoatribuídos pelos gestores quanto às remunerações dos CEOs dessas instituições capitalistas<sup>16</sup>.

Essas mudanças de regras de tributação e de regulação do mercado de trabalho são tomadas no âmbito dos parlamentos, na maioria das vezes; ou são tomadas pelos poderes executivos. Ou seja, são temas eminentemente políticos.

É, portanto, aqui, na discussão da questão do 1% + rico, que entra a importância da multidimensionalidade da questão distributiva (que não pode mais ser avaliada apenas sob o ponto de vista de renda do trabalho, como era habitual nos estudos sobre desigualdade econômica até o final do século XX) e da interdisciplinaridade do tema (MATTOS, 2021) – incluindo os aspectos metodológicos dos indicadores a serem utilizados para medir o fenômeno, conforme ilustramos na seção anterior.

Há ainda três aspectos que identificamos como importantes, mas ainda pouco explorados, no novo debate que tem se instalado sobre as desigualdades econômicas: um deles relaciona-se à interpretação das novas formas de trabalho na Era Digital que estamos vivendo, o que inclui especialmente o trabalho organizado em aplicativos e plataformas digitais<sup>17</sup>. Essa discussão deve tomar corpo em breve e preferimos apenas deixar aqui registrado, pois uma discussão mais pormenorizada do tema não está no escopo deste ensaio.

A outra questão refere-se às interpretações quantitativas e qualitativas da oferta de bens e serviços públicos, o que tem expressiva aderência com as diversas formas de manifestações de desigualdades sociais.

Nesse sentido, pesquisas da área do urbanismo também têm se mostrado importantes para compreender a complexidade do fenômeno das desigualdades, notadamente no que se refere ao acesso a bens e serviços públicos, como a saúde pública e os espaços públicos das cidades. Os estudos

15 Dados mencionados por Atkinson e colegas (2011) ilustram o caráter concentrador do capitalismo contemporâneo. Mencionando o caso dos EUA, os autores sublinham que, entre 1976 e 2007, o primeiro percentil da distribuição de renda captou cerca de 58% de todo o crescimento da renda do período; no entanto, caso tomemos apenas o período compreendido entre 2002 e 2007, esse valor sobe para 65%; ou seja, cerca de dois terços do aumento da renda ocorrido entre 2002 e 2007, nos EUA, foram apoderados pelo 1% mais rico do país. Após a crise do subprime, esse percentual aumentou mais ainda, como se pode depreender de estudo de Saez (2015), que mostra, com base em dados oficiais do U.S. Census Bureau of Current Population Report, que, na recuperação de 2009-2012, o 1% mais rico se apoderou de nada menos do que 91% da renda criada.

16 Também para essa discussão existe uma caudalosa literatura para compreender os efeitos da acumulação predominantemente financeira que caracteriza o capitalismo contemporâneo e seus impactos na gestão das instituições financeiras e na mimetização de comportamento das empresas do setor produtivo em relação às práticas de gestão dos bancos, notadamente no que se refere à remuneração dos CEOs. Sobre esse tema, recomenda-se a leitura de trabalhos de Stockhammer e em especial de um estudo que já se tornou seminal, de Lazonic e O’Sullivan (2000) ou em trabalho anterior (Lazonic, 2007).

17 E aqui não estamos nos referindo apenas aos serviços de entrega de compras feitas pelos consumidores usando estas plataformas ou a serviços de transportes por aplicativos. Muitas profissões têm sido demandadas ou têm oferecido serviços através de aplicativos específicos, e parece ser um fenômeno que vai crescer nos próximos anos, alterando muito as características dos mercados de trabalho – e, certamente, interferindo nas formas de remuneração dessas pessoas.

do urbanista italiano Bernardo Secchi, por exemplo, mostram como aos ricos e aos pobres o acesso a bens e serviços públicos é diferenciado e como a qualidade de vida, a longevidade e a incidência de doenças<sup>18</sup> afetam as pessoas, em grande medida, segundo os níveis de renda. Outros fatores, como os efeitos de tragédias ambientais, o tempo de deslocamento no trajeto casa-trabalho-casa, dentre outros, são também objeto de forte desigualdade, segundo muitos estudos revelam.

Além dos dois anteriores, um terceiro aspecto da questão da desigualdade – infelizmente também pouco estudado por economistas – se refere à distribuição (cada vez mais desigual) do tempo livre, ou seja, do usufruto do tempo para lazer ou descanso (MATTOS, 2000). Isso vale tanto para o tempo livre no cotidiano como também para aquele ao longo da vida, como demonstram, inequivocamente, as recentes reformas desigualitárias dos sistemas de previdência pública na maioria dos países. Convivemos em sociedades em que, de um lado, existem pessoas desempregadas ou em jornada de tempo parcial contra sua vontade e em contradição com sua necessidade; e, de outro lado, pessoas que vivem do rentismo, trabalhando ou não.

A natureza do processo de acumulação capitalista dos tempos atuais e recentes, que cada vez mais repousa no rentismo (e em tudo que isso significa<sup>19</sup>), promove essa dicotomia no uso do tempo, que, para alguns, é “tempo livre”, enquanto para outros (a maioria), é “tempo de não trabalho” (MATTOS, 2012), ou seja, formas em que se manifestam situações de subutilização da força de trabalho em economias cuja acumulação passa cada vez menos pelas formas “tradicionais” de extração da mais-valia, em contexto de queda das taxas de investimentos (produtivos, por suposto) e queda da produtividade horária do trabalho (MATTOS, 2020), quando comparado a níveis históricos como os das três décadas do pós-segunda guerra (Anos Dourados do Capitalismo), por exemplo, conforme mostram Stockhammer (2004; 2008; 2009) e Palma (2009). A deterioração dos mercados de trabalho e as formas de regulação (definidas no âmbito da política) das relações de trabalho e de outras esferas da atividade econômica são resultado desse cenário de dominação do rentismo, conforme mostrou magistralmente Streeck (2018) em livro recente.

Dado o perfil desta revista, propomos fazer alguns comentários sobre a questão do urbanismo, que engloba o acesso aos bens e serviços públicos, a mobilidade urbana e disputa pelos espaços da cidade. Ademais, muitos estudos de economistas políticos e de cientistas políticos têm demonstrado que a disputa pelo orçamento público representa uma crescente manifestação da luta de classes que há em toda sociedade capitalista. De certa forma, os recentes estudos de Raquel Rolnik, debatendo os efeitos da financeirização da riqueza sobre a especulação imobiliária, se inserem de um aspecto importante dentro do grande tema das desigualdades: a disputa pelos espaços nas cidades e pela definição do destino dos orçamentos municipais (ou, em países de outro tipo de organização federativa, dos orçamentos locais – de onde moram os cidadãos).

Rolnik (2015) mostra que a especulação imobiliária tem sido cada vez mais alvo dos financeiros e isso molda o modo de funcionamento das cidades e entra na disputa pelos orçamentos públicos delas, dado o poder político de que desfrutam os grupos econômicos posicionados no topo da pirâmide distributiva. As moradias, conforme mostra Rolnik (2015), tornam-se instrumentos de especulação econômica e fonte de valorização do capital financeiro, mostrando-se cada vez mais como um dos ativos que se destacam na acumulação do capital nesses tempos de financeirização da riqueza.

Na mesma linha de interpretação de Rolnik, o urbanista italiano Bernardo Secchi (2013)

18 O sociólogo sueco Therborn (2013) também discute essas questões.

19 Cf. Streeck (2011; 2018).

apresenta o conceito de “nova questão urbana”<sup>20</sup>, que procura relacionar como as múltiplas formas de vida nas cidades se articulam com aspectos sociais e econômicos, mostrando a inevitável relação entre essas dimensões das sociedades contemporâneas. O conceito cunhado por Secchi revela um rigoroso esforço teórico que analisa, de forma conjugada e precisa, os desafios colocados não apenas pela questão das desigualdades – assim mesmo, no plural, pois não se limita à dimensão econômica da desigualdade e aos indicadores sintéticos (conforme avaliamos na seção anterior) utilizados para medir a sua dimensão, mas também aos desafios postos à própria vida no planeta.

A dimensão ambiental encontra no conceito da “nova questão urbana” uma presença central e articulada com medidas como a mobilidade urbana, acesso verdadeiramente democrático das pessoas a todos os espaços urbanos e aos efeitos que o desmesurado poder econômico e político tem sobre as relações sociais e em relação à disputa pelos orçamentos públicos.

O autor analisa muito bem como a flexibilização dos mercados de trabalho e o progressivo desmonte dos mecanismos de proteção social se relacionam com uma crescente deterioração da relação entre o social e o urbano, como reflexo da crise das economias e sociedades ocidentais.

A desigualdade exposta pela “nova questão urbana” de Secchi permite-nos interpretar as diversas dimensões das iniquidades sociais brasileiras. Em poucas palavras: a distância entre os pobres e os ricos.

Secchi não perde de vista, portanto, que a globalização, tal qual foi moldada nas últimas quatro décadas, promoveu ampliação da desigualdade econômica e social, em contexto de uma desmontagem dos mecanismos de proteção social do trabalho, e de uma deterioração ambiental sem precedentes na história do capitalismo. Para o urbanista italiano, as cidades nada mais são do que a expressão desses processos degenerativos.

As obras de Secchi também nos ensinam que a análise da questão urbana deve estar articulada com a análise das políticas econômicas e das políticas públicas. E que a questão urbana não é apenas resultado das políticas acima citadas, mas pode ostentar um papel ativo, no sentido de influenciar as decisões tomadas nos ministérios das áreas econômicas e sociais.

Do mesmo modo, as formulações teóricas de Secchi mostram que a vida urbana é afetada pelas mudanças nos padrões de acumulação capitalistas e pela maneira como se moldam as relações sociais a cada novo contexto histórico. Nessa quadra de flexibilização dos mercados financeiros e dos mercados de trabalho, bem como de abertura dos novos fluxos de capitais e de mercadorias, a vida urbana sofreu intensas modificações, tornando o espaço urbano um local bastante diferente daquele que ilustrou a origem da vida nas cidades, conforme pondera Secchi (2013): “nas culturas ocidentais, por muito tempo a cidade foi vista como um espaço de integração social e cultural”.

Essa natureza gregária das cidades foi se transformando ao longo dos séculos, culminando, a partir da segunda metade do século XX e em especial a partir do momento em que o neoliberalismo se torna não apenas a norma das políticas macroeconômicas (HARVEY, 2012), como também um modo de se interpretar o mundo (RODRIGUES, 2022), desdobrando-se em uma série de movimentos de exclusão social e espacial, que coincide com o momento em que as moradias vão deixando de ser um bem social para se transformarem em mercadorias como outras quaisquer e em ativo financeiro, conforme mostra Rolnik (2015).

A era da hegemonia das finanças e da crescente manifestação do capital fictício nos espaços urbanos vai consolidando novas formas de segregação e de desigualdades de toda sorte. Rolnik (2015) denuncia que a crescente massa de recursos financeiros (desregulamentados e internacionalizados)

<sup>20</sup> Secchi (2013).

“passou a buscar cada vez mais novos campos de aplicação, transformando setores (como commodities, financiamento estudantil e planos de saúde, por exemplo) em ativos para alimentar a fome de novos vetores de aplicação rentável para os investidores”.

Nesse contexto, também a constituição de novos sistemas financeiros de habitação resulta dessa demanda insaciável de valorização do capital, promovendo não apenas uma nova trajetória na concentração da riqueza (nas formas de ativos imobiliários), mas também “reorganizando” as cidades de tal maneira que outras formas de desigualdades se consolidem e se reproduzam.

É, portanto, preciso compreender como os conflitos entre capital e trabalho se manifestam no espaço urbano, como se expõem as diferenças de renda e de riqueza, as diferenças de gênero e de raça e como são sofridos os problemas ambientais (de forma espacialmente desigual, é claro). Esse conjunto de fatores consolida diversas formas de injustiças, desde a tributária até as decorrentes das dificuldades de mobilidade urbana – todas elas promovendo iniquidades nos direitos da cidadania e deteriorando as aspirações das pessoas a um futuro melhor.

### Breves conclusões

A desigualdade econômica e seus desdobramentos sobre outros aspectos da desigualdade (sociais, urbanos, ambientais, políticos etc.) têm recebido crescente atenção de pesquisadores de diversas áreas. Inicialmente, foram os economistas críticos que passaram a dar mais atenção ao tema, conforme ensinam os escritos de John Kenneth Galbraith e de James Galbraith mencionados neste artigo. Nos anos mais recentes, a formação de grupos de pesquisa em várias universidades do mundo desenvolvido tem chamado a atenção para a necessidade de se medir a extrema desigualdade (conformada pelas rendas do 1% do topo ou acima), dada a realidade que tem se manifestado pelo menos desde 2000. Muitos estudos não apenas buscam compreender as causas dessa extrema ampliação da desigualdade econômica, como também as suas consequências sociais e políticas (STIGLITZ, 2013; THERBORN, 2013), inclusive colocando sob risco o futuro da Humanidade.

A temática da desigualdade é por excelência uma questão interdisciplinar e que deve ser tratada de forma multidimensional. Essa multidimensionalidade incorpora a urgente necessidade de se discutirem índices e modos de medir a magnitude e as características da crescente desigualdade econômica. Na primeira seção do artigo, procuramos destacar a importância de se discutirem os aspectos quantitativos do tema, como uma ferramenta para ajudar a interpretar o fenômeno em toda a sua extensão. Entendemos que essa questão ainda vai evoluir nos próximos anos.

Da mesma forma, a natureza, a resiliência e a magnitude dessa desigualdade exigem que outras áreas do conhecimento humano sejam colocadas em ação para compreender a complexidade da desigualdade em todas as suas manifestações. Uma delas é a questão urbana, pois é nos espaços de convivência social (ou falta de convivência?) que se manifestam as maiores iniquidades sociais e que se explicitam de forma mais clara os conflitos de interesses e de classe social. Entendemos que a obra de Secchi, mais do que denunciar esses problemas, abre espaço para uma discussão do papel construtivo que o estudo do urbanismo pode ter na redução ou no enfrentamento das desigualdades sociais e em favor de uma vida material, cultural, psicológica e ambiental mais saudável, mesmo diante de um capitalismo contemporâneo com características tão excludentes.

Nesse sentido, pretendemos que este artigo chame a atenção dos administradores públicos e da alta burocracia que atua na gestão ou controle das políticas públicas de âmbito municipal de que a questão urbana não deve ser encarada apenas como um repositório das mazelas sociais e econômicas dos últimos tempos. Se, de maneira clara, é nas cidades que se manifesta toda a sorte de

iniquidades que vitimiza as sociedades contemporâneas, é preciso entender que sua gestão pública e todos os seus mecanismos podem sim promover um esforço ativo de enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e ambientais, bem como pode – e deve – dotar seus habitantes de um tal empoderamento democrático que lhes permitam transformar-se efetivamente em cidadãos e cidadãs dentro de uma espacialidade efetivamente democrática e ambientalmente sustentável.

## Referências

- ALVAREDO, F.; ATKINSON, A. B.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. The Top 1 Percent in International and Historical Perspective. *Journal of Economic Perspectives*, v. 27, n. 3, p. 3-20, Summer 2013.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Contraponto: São Paulo: Editora da UNESP; 1996.
- ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1997.
- ATKINSON, A. B. On the measurement of inequality. *Journal of Economic Theory*, 2, p. 244-263, 1970.
- ATKINSON, A. B. *The Economics of Inequality*. Oxford (UK): Clarendon Press, 1983.
- ATKINSON, A. B. *Incomes and the Welfare State: essays on Britain and Europe*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1995.
- ATKINSON, A.B. Bringing Income distribution in from the cold. *The Economic Journal*, v. 107, n. 441, p. 297-321, mar. 1997.
- ATKINSON, A. B. Factor shares: the principal problem of political economy? *Oxford Review of Economic Policy*, v. 25, n. 1, 2009.
- ATKINSON, A.; BOURGUIGNON, F. (org.). *Handbook of Income Distribution*. North Holland: Elsevier, 2015. (volumes 2A e 2B).
- ATKINSON, A.; PIKETTY, T.; SAEZ, E. Top incomes in the Long Run of History. *Journal of Economic Literature*, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011.
- BUCATAR, D. G. Measuring Economic Inequalities and Perspectives of their Evolution. *Economic Sciences Series*, v. 20, n. 1, 2020.
- CAMINADA, K; GOUDSWAARD, K.; WANG, C.; WANG, J. Has the redistributive effect of social transfers and taxes changed over time across countries? *International Social Security Review*, v. 72, n. 1, 2019.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996a.
- CHESNAIS, F. Mondialisation financière et vulnérabilité systemique. In: CHESNAIS, F. *La mondialisation financière: genèse, coût et enjeux*. Paris: Syros, 1996b, p. 37-65.
- CROTTY, J. Structural Contradictions of the Global Neoliberal Regime. *Review of Radical Political Economics*, v. 32, n. 3, 2000.
- CROTTY, J. The neoliberal paradox: the impact of destructive product market competition and “modern” financial markets on nonfinancial corporation performance in the neoliberal era. *Review of Radical Political Economics*, v. 35, n. 3, p. 271-279, 2003.
- DEDECCA, C. S. Trabalho, financeirização e desigualdade. *Texto para Discussão IE/Unicamp*, n. 174, abr. 2010.
- DEDECCA, C. S. Desigualdade, mas de qual falamos? *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2012.



GALBRAITH, James. How economists have misunderstood inequality: an interview with James Galbraith. The Washington Post, may 3 2012. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/blogs/ezra-klein/post/how-economists-have-misunderstood-inequality/2012/05/03/gIQA0Z-f5yT\\_blog.html?noredirect=on&utm\\_term=.10704807a5f9](https://www.washingtonpost.com/blogs/ezra-klein/post/how-economists-have-misunderstood-inequality/2012/05/03/gIQA0Z-f5yT_blog.html?noredirect=on&utm_term=.10704807a5f9)

GALBRAITH, James K. Inequality: what everyone needs to know. Oxford: Oxford University Press, 2016 (a).

GALBRAITH, James K. Causes of Changing Inequality in the World. Intereconomics: Review of European Economic Policy, v. 51, n. 2, p. 55-60, 2016 (b).

GALBRAITH, James K. Extreme Inequality Creates Global Disorder: and it's a problem that can only have a political solution. The Nation. June 22, 2018. (issue from July 16-23).

GALBRAITH, John K. The Affluent Society: (40th anniversary edition, updated and with a new introduction by the author). Boston: Mariner Books, 1998 [1958].

HARVEY, D. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LAZONICK, W. The US Stock Market and the Governance of Innovative Enterprise. Industrial and Corporate Change, v. 16, n. 6, p. 983-1035, nov. 2007.

LAZONICK, W. e O'SULLIVAN, M. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. Economy and Society, v. 29, n. 1, p. 13-35, feb. 2000.

MATTOS, F. A. M. Jornada de trabalho: o exemplo europeu. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, dez. 2000.

MATTOS, F. A. M. Concentração da renda, da riqueza e do tempo livre no capitalismo contemporâneo. In: MOREIRA, Ivan T.; OLIVEIRA, Roberto V. (org.). Cenários da crise e do trabalho no Brasil. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2012. v. 1. 400 p.

MATTOS, F. A. M. Distribuição de renda e repartição dos ganhos de produtividade horária do trabalho nos países capitalistas centrais desde o pós-segunda guerra mundial. Revista da ABET, v. 19, n. 1, jan./jun. 2020.

MATTOS, F. A. M. Por que é importante discutir desigualdade. Revista de Economia (UFPR), v. 42, n. 78, p. 242-275, 2021.

MATTOS, F. A. M.; HALLAK NETO, J.; SILVEIRA, F. G. (org.) Desigualdades: visões do Brasil e do mundo. São Paulo: Editora Hucitec, 2022.

OECD. Growing unequal?: Income distribution and poverty in OECD countries. Paris: OECD, 2008.

PALMA, J.G. The revenge of the market on the rentiers: Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature. Cambridge Journal of Economics, n. 33, p. 829-869; 2009.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. Capital e ideologia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PIKETTY, T. Uma breve história da igualdade. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. The Evolution of Top Incomes: A Historical and International Perspective. American Economic Review, v. 96, n. 2, May 2006. AEA Papers.

PIKETTY, T. e SAEZ, E. Top Incomes and the Great Recession: Recent Evolutions and Policy Implications. IMF Economic Review, v. 61, n. 3, p. 456-478, 2013.

RODRIGUES, J. O neoliberalismo não é um slogan. Lisboa (Portugal): Edições Tinta-da-China, 2022.

- ROINE, J.; VLACHOS, J.; WALDENSTRÖM, D. The long-run determinants of inequality: What can we learn from top income data? *Journal of Public Economics*, n. 93, p. 974-988, 2009.
- ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças, Editora Boitempo, 2015.
- SECCHI, B. La città dei ricchi e la città dei poveri. Roma: Laterza, 2013.
- SAEZ, E. Striking it Richer: The Evolution of Top Incomes in the United States (Updated with 2013 preliminary estimates). Berkeley: University of California, Jan. 25, 2015.
- SCHEIDEL, W. Violência e a história da desigualdade: da idade da pedra ao século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SEN, A. On Economic Inequality: expanded edition with a substantial annexe by James E. Foster and Amartya Sen. Oxford: Clarendon, 1997. [1973 sem o anexo].
- SEN, A. From Income Inequality to Economic Inequality. *Southern Economic Journal*, v. 64, n. 2, p. 384-401, 1997.
- SHORROCKS, A.F. The class of additively decomposable inequality indices. *Econometrica*, v. 48, n. 3, p. 613-625, 1980.
- STIGLITZ, J. The Price of Inequality: how today's divided society endangers our future. New York: W.W. Norton, 2013.
- STOCKHAMMER, E. Financialisation and the slowdown of accumulation. *Cambridge Journal of Economics*, v. 28, n. 5, p. 719-741, 2004.
- STOCKHAMMER, E. Some Stylized Facts on the Finance-Dominated Accumulation Regime. *Competition & Change*, v. 12, n. 2, p. 184-202, Jun. 2008.
- STOCKHAMMER, E. The finance-dominated accumulation regime, income distribution and the present crisis. Department of Economics Working Paper Series, n. 127, Apr. 2009.
- STREECK, W. The crisis of democratic capitalism. *New Left Review*, n. 71, Sep./oct., 2011.
- STREECK, W. Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.
- THERBORN, G. The Killing Fields of Inequality. Editora: Polity Press; 2013.
- WANG, C.; CAMINADA, K. Disentangling income inequality and the redistributive effect of social transfers and taxes in 36 LIS countries. Department of Economics Research Memorandum, n. 2, p. 1-53, 2011.